

COESÃO E COERÊNCIA SOB A PERSPECTIVA COGNITIVO-PRAGMÁTICA NO GÊNERO TEXTUAL BOLETIM DE OCORRÊNCIA ELETRÔNICO

Erivaldo José da Silva (UFPE)
Erivaldo.portugues@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A importância dos estudos voltados para a análise, compreensão e prática (produção textual) dos gêneros textuais, tem sido muito defendida, sobretudo no âmbito das pesquisas da lingüística textual e do ensino de língua materna. Provavelmente, a amplitude do olhar atento a essa dinâmica dos gêneros, deva-se ao fato das diversas possibilidades de que se pode lançar mão quando se pretende dizer (fazer) algo.

Dentre essas possibilidades, encontramos o gênero textual Boletim de Ocorrência Eletrônico (BOE), o qual este trabalho se preocupou em investigar, detendo-se, principalmente, na crítica quanto aos princípios constitutivos de coesão e coerência. Esse é um gênero surgido, na virada do século XX, na instituição de Polícia Civil do estado de Pernambuco.

O interesse maior deste trabalho surge da necessidade que se sentiu em observar, com olhar crítico, o gênero em questão, a fim de reconhecer os fenômenos nele presentes e contribuir para a sua melhor compreensão. A coesão e a coerência, consideradas aqui em sua existência cognitivo-pragmática, ganharão destaque nesta abordagem.

O gênero aqui explorado, BOE, é considerado dentro de uma perspectiva que considera imprescindível a relação mútua e intercomunicável, emergida do universo da linguagem, produzida pelos sujeitos interactantes. Assim, como se ver das análises, essa relação faz brotar o sentido desejado em um contexto situado e valoriza a concepção interacional e dialógica de língua.

Para se chegar às conclusões desta pesquisa apresentada, foram observados diversos Boletins de Ocorrências Eletrônicas (em número de 20), que registram uma gama de naturezas criminais. Os registros foram feitos em delegacias de polícia, por policiais distintos e ainda com diferença no tempo de serviço público prestado à instituição de Polícia Civil de Pernambuco.

Por uma questão de segurança e preservação das pessoas envolvidas nos BOE's, foram preservadas todas as informações subjetivas, dentre elas, os nomes de lugares (em que se deram os fatos noticiados) e a identificação do noticiante do fato narrado e do funcionário policial civil. Não se deve pensar, no entanto, que a qualidade desta pesquisa, por isso, saia prejudicada; pois se preservou o essencial para o fim pretendido: o conteúdo narrado com as marcas linguísticas que nos interessam.

2 MÉTODO DE ANÁLISE

Considerando o objetivo da pesquisa, a saber, o de comprovar- com base no referencial teórico aqui explicitado- a forte existência do aspecto cognitivo-pragmático na coerência e coesão do gênero em questão, a análise do material obtido levou em conta, primordialmente, dois pontos: a referência, concebida muito mais

que um processo de simples retomada e substituição de elementos textuais, e a presença dos elementos linguísticos que dão conta dos dêiticos e das anáforas; tudo isso imerso em uma natureza linguística, sociocognitiva e discursiva.

3. REFERENCIAL TEÓRICO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste artigo foram evocadas as considerações de teóricos que defendem a noção de coerência e coesão fora do cenário estrutural e linguístico, puramente; destacando a suma importância de uma semântica que enxergue o fator cognitivo e pragmático, levando em conta aspectos sociais e culturais, que atuam como determinantes do significado.

Nesta linha de raciocínio, encontram-se Luiz Antonio Marcuschi e Ingedore Villaça Koch, teóricos cujos pontos de vista ganham destaque nesta pesquisa. Aqui o fenômeno da coerência, em relação ao texto (sobretudo o escrito), é defendido como resultado-fruto de uma colaboração discursiva, entre os sujeitos de um discurso situado.

É neste sentido que Marcuschi (2007, p. 13) vai alertar: “[...] a coerência não é algo que pode ser identificado ou apontado localmente no texto, como se ela fosse uma propriedade textual, mas é o fruto de uma atividade de processamento cognitivo altamente complexo e colaborativamente construído”. Esse mesmo autor faz menção a três tipos de posturas teóricas sobre a coerência, as quais- a favor de uma compreensão menos restrita do tema- aqui se expressam:

1. *Noção estrutural*: aqui a coerência é tida como um conjunto de relações de co-pertinência e congruência, formando uma unidade de sentido. Trata-se de uma visão estrutural, que toma a coerência como um atributo do texto[...].

2. *Noção inferencial*: esta perspectiva toma a coerência como um conjunto de relações construídas mediante processos cognitivos, lógicos e pragmáticos expressos em atividades inferências a partir de condições postas tanto pelo código como pelo co(n)texto e pelas intenções dos falantes [...].

3. *Noção interacional*: e a perspectiva que não concebe a coerência como uma propriedade do texto nem como um processo inferencial apenas, mas como uma construção resultante do trabalho colaborativo do ouvinte/leitor no ato de co-produção do texto oral interativamente. A operação de produção de coerência não é um ato puramente individual, mas coletivo¹[...].

É justamente sobre a terceira noção de coerência, expressa acima, que recairá a análise do *corpus* desta pesquisa. Mas sem desconsiderar totalmente as outras duas noções, já que elas também contribuirão para o desenrolar deste estudo, de forma especial a segunda noção, que destaca os processos cognitivos e pragmáticos, como contributos da coerência textual.

O fenômeno semântico da coerência, então, não pode ser visto como algo determinado no texto, mas determinável e, para essa determinação, ele dependerá, dentre outras coisas da experiência do sujeito e do agir cognitivo; como assinala ainda Marcuschi (2009) é preciso que ele ganhe existência no espaço cognitivo

¹Sobre essa terceira noção, em nota de rodapé, alerta o próprio Marcuschi (2007, p. 15): “Embora me refira à *fala*, não excluo a *escrita*, pois no processo da escrita, o autor simula uma série de movimentos interativos com seu interlocutor.

e que se faça uso dos modelos globais² que, por sua vez, exigem certos conhecimentos do mundo e certas experiências.

As estratégias textuais, que contribuem efetivamente para a construção do texto (escrito ou falado)- e sua futura interpretação- são estratégias ancoradas não só nos conhecimentos lingüísticos das expressões da língua, mas também- e quiçá principalmente- no uso desses conhecimentos; “isto é, as estratégias cognitivas são *estratégias de uso* do conhecimento” (KOCH, 2005, p. 97).

E no manuseio desses conhecimentos, a relação mútua e intercomunicável, que emerge do universo da linguagem, produzida pelos sujeitos interactantes, faz brotar o sentido desejado em um contexto situado³. Nessa perspectiva, consideramos a concepção interacional e dialógica de língua, e podemos dizer com Koch (2009, p. 32) que:

As abordagens interacionistas consideram a linguagem uma ação compartilhada que percorre um duplo percurso na relação sujeito/realidade e exerce dupla função em relação ao desenvolvimento cognitivo: intercognitivo (sujeito/mundo) e intracognitivo (linguagem e outros processos cognitivos).

Aplicando essa noção de língua na análise dos Boletins de Ocorrências eletrônicos muitos fenômenos lingüístico-semânticos foram percebidos. Alguns deles, que se encontram mais diretamente relacionados com o propósito deste artigo, foram selecionados para favorecer nosso estudo, a saber: dêiticos, anáforas, tempos verbais e, em especial, o processo de referenciação como estratégia discursiva.

Mas antes de adentrar nessas questões, impõe-se que falemos, mais precisamente, da estrutura e configuração do gênero BOE. Faremos, então, um breve comentário de suas partes constitutivas para, só depois de entendê-las melhor, passarmos a uma análise mais refinada, levando em conta os tópicos percebidos no gênero. Para fins de propósitos didáticos, podemos dizer que o BOE se divide em três partes, quais sejam:

1ª parte: Boletim de Ocorrência nº (em que a central do sistema de informática da polícia civil gera uma numeração, uma sequência composta por doze números e a letra “E”, que significa “eletrônico”). A primeira dezena da sequência indica o ano e os quatro últimos números varia de acordo com cada unidade policial em que foi realizado o registrado. Um exemplo seria a sequência: 12E0109003839.

Ainda na primeira parte, teríamos o espaço para a escolha da natureza criminal (ex: calúnia, ocorrência de trânsito, roubo, etc.), seguida pelos detalhes sobre essa natureza (data da ocorrência, hora, endereço e ponto de referência); essa parte seria uma espécie de “cabeçalho” do BOE.

2ª parte: onde se deve fazer a qualificação das pessoas envolvidas na ocorrência (vítima, autor/agente, noticiante e outros) e a descrição, sendo o caso, dos objetos envolvidos (automóveis e suas qualificações, armas, de fogo ou branca, instrumentos artesanais, etc.).

²Resumidamente, segundo Marcuschi (2009, p. 79) os modelos globais são: **Frames** (quadros ou moduras): abrangem conhecimento sobre conceitos gerais, ex: “festa de natal”; **Esquemas**: modelos de conhecimentos em sequência ordenada, ex: as hipóteses; **Planos**: modelos de acontecimentos que conduzem a algum fim pretendido, ex: os adágios, e **Scripts**: planos estabilizados para determinar papéis e ações dos indivíduos na sociedade, ex: alguém que entra no restaurante pede o almoço, come, pede a conta e em seguida sai.

³ Neste ponto, é bom lembrar a noção de *contexto situacional*, que se toma de Marcuschi (2008), segundo a qual não se deve entender a expressão em análise como o entorno físico, mas a contextualização em sentido amplo (cognitiva), como os enquadres sociais, culturais, históricos, etc.

3ª parte: nessa última seção, chamada de **complemento/observação**, é onde se digita o texto do fato narrado, buscando ser fiel ao que a vítima diz, a fim de “enquadrar” a história na natureza criminal elegida. E, por ser o objeto dessa pesquisa, é para esta seção que dedicarei maior atenção. Por fim, há o espaço destinado para as pessoas presentes, indicadas na parte 2, assinarem o seu nome, além do espaço que traz o nome e a matrícula do policial que registrou o boletim.

Ainda que de forma sucinta, depois de explicadas as partes, podemos então passar a construir uma reflexão crítica, motivados pelo referencial teórico. Essa reflexão será a respeito, precisamente, da seção **complemento/observação**, de onde retiraremos expressões linguísticas para fins de análise e compromisso com tema deste estudo.

Em muitos relatos presentes na seção **complemento/observação**, é comum percebermos expressões que constituem uma referenciação a algo já expresso no corpo do BOE, ou seja, algo retomado das outras seções (1 ou 2). É por esse motivo, e também por ser a temática da referenciação algo caro aos estudos do processamento cognitivo da linguagem, que iniciarei observando esse fenômeno. Vale lembrar que tal fenômeno aqui não é visto como simples retomada de elementos preexistentes no corpo textual, mas, sim, como verdadeiros “objetos-de-discurso”.

Nesse sentido, retomarei Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995, p. 228 *apud* Koch, 2009, p. 60) que diz:

De maneira geral, argumentaremos (...) em favor de uma concepção construtivista da referência (...); assumiremos plenamente o postulado segundo o qual os chamados “objetos-de-discurso” não preexistem “naturalmente” à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos- fundamentalmente culturais- desta atividade.

Ainda de Koch (2009), relembro, em síntese, as estratégias de referenciação, que participam da constituição da memória discursiva, a fim de basear melhor as análises aqui propostas:

1. **Construção/ativação:** pela qual um “objeto” textual até então não mencionado é introduzido, passando a preencher um nóculo (“endereço” cognitivo, locação)→o “objeto” fica saliente no modelo.
2. **Reconstrução/reativação:** um nóculo já presente na memória discursiva é reintroduzido na memória operacional, por meio de uma forma referencial→ o objeto-de-discurso permanece saliente.
3. **Desfocalização/desativação:** ocorre quando um novo objeto-de-discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal. O objeto retirado de foco, contudo, permanece em estado de ativação parcial (*stand by*)→ há problemas de ambiguidade referencial, se não se deixa claro com qual objeto-de-discurso a relação deverá ser estabelecida.

Observemos então, para fins de análise, esse processo de referenciação em um recorte de BOE (da seção 3) de natureza criminal *cumprimento de mandado de prisão*:

(1) Que naquele dia (a), compareceu nesta DP/Plantão (indicação do plantão omitida), o condutor apresentando o autor, pelo fato do mesmo ter sido detido naquela localidade (b), quando se fazia ronda de rotina. Que após verificação na Delegacia de Capturas (c) deste Estado, foi informado que há contra o mesmo o referido Mandado de Prisão Preventiva (d). Que após as formalidades de praxe (e), a Autoridade presente detreminou que fosse o mesmo encaminhado ao COTEL (f) (Centro de Observação Criminológica Professor Everardo Luna), em Abreu e Lima/PE, ficando o mesmo à disposição da Vara do Juri (g), desta cidade.

Nesse exemplo 1, é fácil perceber que todas as expressões sublinhadas requerem um certo grau de conhecimento compartilhado. E esse conhecimento caminha no sentido de mais específico, técnico, como é o caso de “c”, “d”, “e”, “f” e “g” a mais geral, como em “a” e “b”. Contudo, todos se valem do fenômeno da referenciação para, como objetos discursivos, dizer (fazer) algo enunciativamente no texto.

Assim constatamos que as expressões “a” e “b” constituem uma espécie de estratégia de referenciação do tipo reconstrução/reativação, já que retomam, da seção 1 do BOE, o dia e o local referidos. Essa retomada, que busca as pistas do contexto, se faz imprescindível sob pena de quebra do fio condutor da interpretação; como defende Bezerman (2009, p. 53) “Quando não compartilhamos pistas de contextualização [...] podemos falar sem entender um ao outro”.

Já com Marcuschi (2005, p. 55), podemos dizer que estamos diante de dois casos de anáforas diretas (AD), posto que são usadas expressões para retomarem outras expressões, de forma direta, “contribuindo assim para a continuidade tópica e referencial”.

Todas as demais expressões, exceto “d” (que comentarei em seguida), representam um clássico típico de anáforas indiretas (AI). Marcuschi (2005), apresenta duas características que podem ser percebidas nas AI: (a) não ocorre uma *retomada de referentes*, mas sim uma *ativação de novos referentes* (b) as AI têm uma motivação ou ancoragem no universo textual.

Nesse sentido, as expressões “delegacia de Capturas”, “formalidades de praxe”, “Cotel” e “Vara do Juri” ativam novos referentes e ancoram -cognitiva e pragmaticamente- no texto; o próprio gênero textual BOE é a âncora para essas expressões. Como este é um boletim de natureza criminal bem específica (somente quem cumpre mandado de prisão é o policial), as expressões, em destaque, pragmaticamente, encontram sentido para os interlocutores. Neste caso, é um policial civil que registra uma ocorrência, cujo condutor é outro policial (civil ou militar).

Assim, os sujeitos dessa relação enunciativa sabem que há uma delegacia que se responsabiliza, prioritariamente, por capturar os “alvos” dos mandados de prisão, sabem ainda que, após o BOE, haverá outras formalidades, tais como, ouvidas das pessoas envolvidas no caso, comunicação à justiça da prisão realizada, relatório de inquérito, etc., assim como têm familiaridade com os termos “Cotel” e “Vara do júri”.

Já para a expressão da letra “d”, teríamos um caso de AI baseadas em inferências ancoradas no modelo do mundo textual (MARCUSCHI, 2005). Nesse subtipo de AI, o trabalho cognitivo chega a ser maior do que nos demais casos. A expressão, inicialmente, poderia conduzir ao engano, o que nos faria enquadrá-la no tipo AD (que retomaria, assim, a natureza criminal da seção 1 do BOE). Mas, o termo “preventiva”, força-nos a perceber a necessidade de inferir o seu sentido- motivados pelo modelo textual- para só assim alcançarmos uma satisfeita compreensão.

Ainda é possível perceber, em outro BOE, a existência da anáfora encapsuladora; espécie de anáfora em que se dá não exatamente a reativação de um antecedente em foco, por falta de uma âncora específica sendo co-referencialmente retomada, mas o encapsulamento das proposições anteriores; são as “anáforas com dêitico textual” ou “dêiticos discursivos” (CAVALCANTE, 2005, p. 140).

É o que podemos ver na seção **complemento/observação**, transcrita em seguida, recortada de um BOE, cuja natureza criminal é *Calúnia e Difamação*:

(2) Declaraa queixosa, que por varios dias, vem sendo vitima de Calunia / Difamação por parte da imputada, que foi falar para uma vizinha de nome:(nome omitido), que por sua vez falou a uma menor de idade que a vitima não era mais virgem

, que transava com varios homens , que a mesma so faltava transar em via pública . Alega a queixosa que, sua genitora foi ate a residencia da imputada para saber o motivo das calunias e difamações para com sua filha, e o que a mesma ouviu foi a imputada confirmar o fato de que ela teria dito . Com isto a queixosa relatou o fato a seu padrasto que em companhia da vitima se deslocou ate esta (unidade omitida) delçegacia de plantão e solicitar providencias policiais cabiveis. Nada mais a acrescentar.

Nesse exemplo 2, o que Cavalcante vai chamar de “anáfora com dêitico textual” ou “dêitico discursivo” é justamente o que ocorre com a expressão “Com isto”, sublinhada acima, e que constitui espécie de anáfora encapsuladora. Neste caso, ainda que as proposições encapsuladas sejam reconhecíveis com certa facilidade- por estar na superfície da co-textualidade- vejo ser necessária a função da cognição para a compreensão textual. Pois, modelos mentais devem ser acionados e o processamento, obrigatório, de certo grau de inferenciação para que a coerência seja plausível; ademais não se descarte aqui a função pragmática, presente também no cenário enunciativo.

Em relação à expressão “que em companhia da vitima” vemos comprovada a teoria cognitivista e a concepção de língua interacionista, no sentido de que para interpretá-la, ou seja, para que produza sentido (situado), é preciso acionar modelos mentais e fazer uso dos conhecimentos partilhados entre o policial, que digita o boletim e a vítima, noticiante do fato. A expressão sublinhada, sozinha, não daria conta da certeza de que “a vítima” referida é a mesma pessoa que traz a notícia. Essa certeza só é possível porque como postula Beugrande (1997, p. 10 apud MARCUSCHI, 2008, p. 72) “o texto é um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais, e cognitivas”.

No terceiro exemplo que trago, a seguir, (com natureza criminal Dano/Depredação), gostaria de observar a presença das formas verbais e sua importância para que se estabeleça a construção da coerência, vista na concepção de língua defendida neste artigo, de natureza interacional, considerando sua imanência pragmática. Vejamos o exemplo:

(3) A Sr. (nome omitido) que é diretora da escola municipal (omitido) esteve nesta delegacia para informar que na madrugada do dia (omitido) a dita escola foi arrombada por desconhecidos, quetentaram levar um ventilador de uma das salas de aula. **Afirma a noticiante que** não é a primeira vez que bandidos arrombaram a escola e que em todas a ocorrências comunicou através de ofícios a secretaria de adequação do município de (omitido). **Afirma a noticiante que** a empresa de segurança eletrônica (omitida) informou que o alarme da escola disparou na madrugada supra, e que funcionários da empresam passaram pelo local e não viram nenhum suspeito na medições da escola. Diante o exposto pede queseja tomada as medidas legais cabíveis.

As construções verbais no pretérito em destaque (foi arrombada / tentaram / arrombaram / comunicou / informou / passaram/viram) são empregadas no sentido gramatical que geralmente são usadas, no sentido de referir-se a fatos, a algo que se relatou e que, portanto, já tem aspecto concluído. Observe-se, porém que, embora a expressão verbal “esteve” enquadre-se no mesmo aspecto verbal do pretérito, não reflete a mesma certeza semântica das demais expressões verbais, ou seja, não se refere a um “fato do passado”, mas sim ao presente; refere-se essa expressão à presença da vítima na delegacia de polícia, no exato momento em que registra a sua queixa-crime (primeiro procedimento policial).

O que motiva a predileção de “esteve” por “está” é, provavelmente, a influência do conjunto verbal - que abarca toda a sequência já citada de verbos pretéritos- além da noção, ainda que inconsciente- do efeito pragmático que possui. Ao preferir a forma “esteve”, o policial- que sempre interfere, em comunhão com a vítima, na construção escrita dos fatos narrados- gera um efeito futuro, efeito este motivado pela consciência da sequencialidade da queixa-crime, por meio de outros instrumentos policiais e/ou judiciais. Assim, “escolhe” (numa atitude expressamente cognitivo-pragmática) dá como “concluído” o registro criminal, na certeza de que se iniciarão os demais procedimentos legais, e quando isso vier a ocorrer, a queixa-crime já estará, de fato, concluída.

Embora esse fenômeno ocorra, com certa frequência, nesse gênero textual, sabe-se, por contribuição dos estudos de Ilari (1997, p. 24) que seria possível manter a forma do presente de um verbo para fazer referência ao tempo “futuro” ou “passado”. Nesses casos, estaríamos diante do “presente histórico” ou do “presente futuro”. Assim, seria possível ao policial digitar/escrever “estar”, com o efeito semântico de ‘esteve’; mas dá preferência à forma no pretérito pelas razões já expressas.

Isso evidencia o auto grau cognitivo-pragmático percebido no gênero em estudo. Ou pelas explicações supracitadas- de que o verbo fica no passado por impulso dos demais- ou por influência do contexto (tomado no sentido amplo), o que se ver é a realização altamente pragmática desses acontecimentos. Ainda uma terceira explicação seria plausível. O mesmo autor, Ilari (1997, p. 27), observa que “[...] uma sequência de sentenças no perfeito do indicativo é normalmente interpretada como fazendo referência a fatos sucessivos [...]”; e esses ‘fatos sucessivos’ de que fala o autor, no BOE ora analisado, é justamente o que se percebe.

Há ainda alguns fenômenos lingüísticos que merecem atenção neste recorte de boletim de ocorrência. O primeiro deles, e que salta aos olhos, é o uso abusivo da partícula “que”, por muitos gramáticos e escritores de manuais de redação, fenômeno chamado de “queísmo”. Não se nega a função, muitas vezes, de “muleta lingüística” que a partícula tem, mesmo em escritos acadêmicos, como este, por exemplo, mas no BOE constitui um evento muito recorrente.

Dos nove casos destacados acima, em apenas dois o “que” é pronome relativo (1º e 3º casos), nos demais é sempre partícula integrante, compondo a oração subordinada substantiva objetiva direta. Uma das explicações para isso seria o fato de ser mais comum, no BOE, o uso dos verbos de transitividade direta, favorecendo assim a sua imposição. O uso desses verbos, provavelmente, se justifica pela necessidade em que se ver o policial, de indicar, na escrita, a quem, na história narrada, será atribuído o que é trazido, como verdade, pela vítima/noticiante⁴.

Quanto às expressões cristalizadas, que reaparecem em muitos BOE’s, temos destacada, no exemplo anterior, a estrutura **afirma a noticiante que**. Antes de constituir um simples comodismo ou descuido de quem digita o texto narrado, essa estrutura compõe o que Morato (2005, p. 83) vai chamar de “expressões formulaicas”. E sobre elas defende: “[...] as expressões formulaicas podem ser também consideradas como ‘formas remissivas’: elas evocam, estabilizam e renovam (enunciativamente, pragmaticamente, discursivamente) as relações entre língua e sociedade [...]”.

⁴ Para o policial que registra o BOE é preferível indicar “quem disse o que” a indicar “o porquê foi dito”, tendo em vista que é preciso enquadrar as condutas criminais a seus respectivos autores. Assim, Por exemplo, em um registro de natureza *Difamação* é mais importante indicar quem disse/falou/afirmou as palavras difamatórias e menos importante indicar as razões pelas quais se cometeu o delito.

Já os possíveis erros ortográficos “adecução (educação) / medições (mediações)”, assim como a ausência de acentuação gráfica em “vario (vários) / residência (residência)”, no exemplo 2, justificados provavelmente por descuidos na digitação e “seja” (última linha) em vez de “sejam”, apesar de constituir um desvio da norma no que tange à concordância verbal, não prejudicam o texto no sentido de não satisfazer a sua compreensão. Pois, como se posiciona Marcuschi (2008, p. 91) “a textualidade não depende, de um modo geral, da correção sintático-ortográfica da língua e sim da sua condição de processabilidade cognitiva e discursiva”.

No próximo exemplo, gostaria de adicionar a perspectiva cognitiva e pragmática à ideia de sistema de gêneros. Para isso, utilizei um recorte de um BOE registrado com natureza criminal *Entorpecentes (posse e uso)*:

(4) Conforme BO da PMPE (número omitido) estava a GT (identificação omitida) fazendo rondas quando abordaram os dois ora aqui autuados e encontraram com **os mesmos** as substancias (omitida) onde foi dada voz de prisão **aos mesmos** e conduzido até este plantão (unidade omitida) e tomadas as medidas cabíveis, confecção de TCO.

Acredito que se fôssemos traçar uma escala comparativa, que se propusesse a comparar o grau de efeito cognitivo e pragmático presente do processamento mental para se alcançar a compreensão do texto, esse BOE traria o exemplo que demonstra, dentre os demais, o de maior grau considerado.

Percebemos que a expressão “confecção de TCO” nada diz a principio, mas é facilmente compreendida pelos sujeitos da interação verbal. A sigla, que significa Termo Circunstanciado de Ocorrência⁵, na verdade, encerra uma expressão de alto efeito semântico-pragmático. Pelas informações do co-texto seria impossível inferir o que significaria tal expressão, no máximo, se conseguiria saber, por cálculos mentais (que deve reconhecer a expressão como aposto explicativo), que essa estrutura constitui uma possível “medida cabível”.

Isso também mostra a especificidade do termo, reconhecível apenas por quem com ele tem familiaridade, ou seja, geralmente, por pessoas da área policial ou judicial. Por essa razão, a expressão desvincula-se da obrigatoriedade de especificar, explicitamente, o seu significado ou, ainda, por si só, já se considera auto-explicativa, considerando-se os ambientes e os sujeitos com os quais manterá contato, como delegacias e policiais.

Essa familiaridade faz lembrar Bezerman (2009, p. 32) e seu conceito de “sistema de gêneros”, como se transcreve a seguir:

Um *sistema de gêneros* compreende os diversos conjuntos⁶ de gêneros utilizados por pessoas que trabalham juntas de uma forma organizada, e também as relações padronizadas que se estabelecem na produção, circulação e uso desses documentos”

Em última análise, transcrevo para este artigo, um exemplo de boletim de ocorrência que nos permite refletir também sobre a questão da progressão textual. Tentarei mostrar, apoiado neste recorte, que não são apenas os elementos estruturais da língua que favorecem a noção de progressão, pois em qualquer gênero, é preciso reconhecer a importância da interação entre os indivíduos, a fim de reconhecer a função que ele desempenha; assim “a definição de gêneros como apenas um conjunto de traços

⁵O TCO é cabível nas infrações cujas penas impostas pelo Código Penal Brasileiro não ultrapassam dois anos.

⁶ Segundo Bezerman, um *conjunto de gêneros* é a coleção de tipos de textos que uma pessoa num determinado papel tende a produzir

textuais ignora o papel dos indivíduos no uso e na construção de sentidos” (BAZERMAN, p. 31, 2009). Vejamos esse ultimo exemplo, com natureza: *Outras ocorrências contra pessoa*⁷:

(5) O noticiante relata ter sido ameaçado diante da exigência da garantia quando pesiu para falar com a gerente, e o mesmo perguntou ao segurança se o estava ameaçando e o mesmo respondeu que ameaça você ainda não viu.

Uma análise tradicionalista da língua, em que se desconsidere a relação entre os falantes e a noção de contexto situacional, por certo, condenaria a progressividade textual desse recorte. Porém, baseados na concepção teórica deste trabalho, podemos afirmar que essa postura não se sustenta. Nesse exemplo, o que poderia dificultar a compreensão do texto era a referencialidade de “o mesmo”. A desfocalização/desativação de sua primeira ocorrência deixa-o, como diz Koch, em *stand by*, o que pode gerar ambigüidade.

Mesmo assim, essa possível ambigüidade se anula, na medida em que se abandona a noção unicamente gramatical e se considera o caráter discursivo e pragmático do gênero. Pensando bem, o primeiro “mesmo” faz uma pergunta ao gerente, e o segundo “mesmo” responde, já por isso, não pode haver duplo sentido ou ambigüidade.

Por tudo isso, podemos afirmar que não está no texto, em si mesmo, o(s) seu(s) sentido(s), como se fossem autônomos, mas sim na relação que se vai construindo entre o leitor e o próprio texto. Nesse sentido, Marcuschi (2008, p. 72), refletindo sobre a importância dos estudos da lingüística de texto, lembra o postulado dessa ciência para quem “*a língua não tem autonomia sintática, semântica e cognitiva*”.

Ainda é possível dá fé a um fenômeno instigante: o de que permite enxergar diferenças, embora não substanciais, na elaboração do BOE, de mesma natureza criminal, por diferentes policiais. Neste caso específico, lembramos, com Berzerman (2009, p. 66), apontando a abordagem norte-americana de gêneros (Freedman e Medway; Russell), que os “gêneros são sempre refeitos pela ação nova de cada indivíduo” e, dentro das relações sociais, seria a oportunidade que esse indivíduo encontra de se posicionar individual e enunciativamente.

Quando digo que tais diferenças não são substanciais é porque, parafraseando o autor supracitado, o BOE procura seguir um gênero “maior”: a Constituição Federal (CF), que vai estruturar as ações, fornecendo os meios necessários, para que cada um produza o seu registro particularmente.

Assim, entendendo um ou outro policial que o fato narrado por uma certa vítima corresponderia ao crime de calúnia, por exemplo, os elementos lingüísticos- sem desconsiderar outras questões que derivam desse contato dialógico- escolhidos para tipificar o crime, muito provavelmente, vão seguir o rastro do que se encontra na Constituição Federal ou em outra legislação específica, como o Código Penal brasileiro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi exposto e explanado neste artigo, posso garantir que não restam dúvidas quanto da importância de se reconhecer as concepções cognitiva e pragmática para a interpretação não só dos Boletins de Ocorrências Eletrônicos

⁷Por curiosidade, na verdade, pela narração do evento, o BOE deveria ter sido registrado como *ameaça*.

(BOE's)- objeto deste estudo- como também dos diversos gêneros textuais, que permeiam, diariamente, a nossa sociedade.

É interessante notar que essas mesmas propriedades que necessitam ser reconhecidas, podem atuar também no momento da produção do texto. O produtor do gênero textual, intencionalmente ou não, pode deixar “lacunas”, que se preenchem quando da sua interpretação, através das pistas contextuais.

Assim, ganham destaque todos os fenômenos lingüísticos que aqui foram comentados, como os dêiticos, as anáforas (diretas e indiretas), os aspectos verbais e, em geral, a questão da referenciação tomada em sua natureza discursiva.

Outros fenômenos poderiam ter sido explorados no BOE, como por exemplo, a ocorrência do discurso indireto e do indireto livre, mas, por questões práticas e por não ser objeto primordial deste estudo e ainda por não ter amplo espaço, não foi possível análise de tal natureza; o que não impede de ser objeto de estudos futuros.

A riqueza de natureza semântica, cognitiva e pragmática, volto a afirmar, vista por uma ótica interacionista e enunciativa da língua, está claramente presente no gênero aqui comentado. E isso faz com que, não só o BOE, mas os gêneros, de uma forma geral, atuem em nossas vidas, impondo certas condutas sociais, produzindo o resultado esperado; pois “fenômenos sociais e interativos são constitutivos da produção de sentido” (Marcuschi, 2007, 21).

Apenas um detalhe me entristeceu durante a elaboração deste estudo: o sistema de greve que assola as universidades do país e, dentre elas, a UFPE. Por isso, me vi impedido de buscar, em outros autores, informações relevantes para minhas críticas. Por outro lado, sei que os pesquisadores aqui mencionados, como Marcuschi e Koch, por serem excelências no campo da lingüística textual, área de concentração desta pesquisa, muito contribuíram com suas ideias e ideais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAZERMAN, C. 2009. Gêneros textuais, tipificação e interação. Tradução de DIONÍSIO, A. P. HOFFNAGEL, J. C. (orgs). São Paulo, Cortez.

CAVALCANTE, M. M. 2005. Anáfora e Dêixis: quando as retas se encontram. In: *Referenciação e Discurso*. KOCH, I. V. MORATO, E. M. BENTES, A. C. (orgs). São Paulo, Contexto.

ILARI, R. 1997. *A expressão do tempo em português*. São Paulo, Contexto: EDUC.

KOCH, I. V. 2005. A Construção Sociocognitiva da Referência. In: *Lingüística e Cognição*. MIRANDA, N. S. Nane, M. C. (orgs). Juiz de Fora, Ed. UFJF.

_____. 2009. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo, Martins Fontes.

_____. CUNHA-LIMA, M. L. 2011. Do Cognitivismo ao Sociocognitivismo. In: *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. V 3. MUSSALIN, F. BENTES, A. C. São Paulo, Cortez.

MARCUSCHI, L.A. 2008. *Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão*. São Paulo, Parábola.

_____. 2009. *Linguística de Texto: O que é e como se faz?* Recife, Ed. Universitária da UFPE.

_____. 2007. *Cognição, Linguagem e Práticas Interacionais*. Rio de Janeiro, Lucerna.

_____. 2005. Anáfora Indireta: O barco textual e suas âncoras. In: *Referenciação e Discurso*. KOCH, I. V. MORATO, E. M. BENTES, A. C. (orgs). São Paulo, Contexto. Cap. 3, p. 15-24.

MORATO, E. M. 2005. Aspectos Sócio-cognitivos da Atividade Referencial: as Expressões Formulaicas. In: *Linguística e Cognição*. MIRANDA, N. S. Nane, M. C. (orgs). Juiz de Fora, Ed. UFJF.

NEVES, M. H. M. 2007. *Texto e gramática*. São Paulo, Contexto

PERON, A. P. 2007. *Entre Relatos e Registros: A discursivização da violência conjugal na delegacia da mulher de Maringá*. 135 f. Dissertação (mestrado em Linguística)- Universidade estadual de Maringá, Paraná. Disponível em: <<https://www.ebookcult.com.br/produto/Entre-relatos-e-registros-a-discursivizacao-da-violencia-conjugal-na-delegacia-da-mulher-em-Maringa-136934>>. Acesso em: 12 de Jun. 2012.

TRISTÃO, R. M. de S. 2007. *O boletim de ocorrência sob o aspecto da dêixis de base espacial como processo de instauração e manutenção de referência*. 141f. Dissertação (mestrado em linguística)- Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ALDR-76QHJN>. Acesso em: 10 de Jun. 2012.